

Artigo 2º - A cobertura do presente crédito será feita com o excesso de arrecadação do presente exercício.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, resguardadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Olândia, 13 de Outubro de 1.967.

a) Ciro Armando Catta Preta,
Prefeito Municipal.

Eu, José Luiz Roniño, neste
data, registrei.

Lei nº 595

De 25 de Outubro de 1.967.

Que Orço a Receita e
fixa a Despesa do
município de Olândia
para o exercício de 1.968.

Faco saber que a Câmara
municipal decretou, e eu Ciro
Armando Catta Preta, Prefei-
to municipal, promulgo a se-
guinte Lei:

Artigo 1º - O Orçamento
geral do município de Olândia,
para o exercício de 1.968,
discriminado pelos anexos in-
tegrantes e explicativos, orça à

Receita e. fixa a despesa em igual importância de ncr. 2.120.000,00 (dois milhões cento e vinte mil cruzeiros novos)

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos e outras contribuições correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos e de acordo com o desdobramento por fontes seguintes:

1 - Receitas Correntes:

Receita Tributária	112
Receita Patrimonial	6
Receita Industrial	43
Transferências Correntes	1.571
Receitas Diversas	19
<u>Soma da Receita Corrente</u>	<u>1.747</u>
2 - Receita de Capital	
Operações de Crédito	872
<u>Total da Receita</u>	<u>2.120</u>

Artigo 3º - A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes dos anexos 3 e de acordo com o seguinte desdobramento, por funções de Governo;

O - Administração Geral:

7º Poder Legislativo...	8.990,46
Poder Executivo...	<u>104.931,04</u>
1 - Administração Financeira	78.994,51
2 - Defesa e Segurança	12.676,00
4 - Viação, Transporte e Comunicações	42.506,00
6 - Educação e Cultura...	56.720,00
7 - Saúde	54.280,00
8 - Bem-Estar Social...	95.812,00
9 - Serviços Urbanos...	<u>832.100,00</u>
	1.287.000,00

Despesa de Capital

Investimentos

793.000,00

Transferência de Capital

40.000,00

Toma da Despesa Geral 2.120.000,00

Artigo 4º — Fica o poder executivo, autorizado mediante Decreto, e observando o dispositivo no Artigo 7º da Lei Federal 4.320, de 17 de maio de 1.964, a realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita para atender à insuficiência de caixa.

§ Único — Ainda devendo com a mesma lei, ficar o poder executivo autorizado a expedir, mediante Decreto, autorizações para abertura de créditos suplementares destinados a

	continuação	1.359.000,00
4130-67	Material Permanente	600.000
	9- Serviços Urbanos	
	<u>Serviços de Água e Esgoto</u>	
4000 91	Despesa de capital	
4110 91	Obras, Públicas	410.000,00
	<u>Tarques Recreativos</u>	
4000 95	Despesa de capital	
4110 95	Obras Públicas	210.000,00
	<u>Mercado Municipal</u>	
4000 96	Despesa de capital	
4110 96	Obras Públicas	40.000,00
	<u>Reparações e Serviços Diversos.</u>	
4000 99	Despesa de capital	
3130 99	Material Permanente	55.000,00
4300 11	Transferências de capital	
4310 11	Amatizações da Hídratação Pública	40.000,00
	<u>Soma total da Despesa geral</u>	<u>2.120.000,00</u>
	Prefeitura municipal de Onça Piauí, 25 de outubro de 1.967.	
	Em leitura matinal de Paula,	
	nesta data registrei.	

Decreto no 174

de 25 de outubro de 1.967.

Dispõe que se observe na execução do orçamento de

1.968, a discriminação da

Despesa constante das Tabelas